



Câmara Municipal de Fortaleza
Vereador **Evaldo Lima** - PCdoB

REQUERIMENTO Nº 1162/2020

MATERIA VEREADORA
AO PED. JOG1
VER. E VALDO LIMA

“Requer que seja feita a transcrição, para os Anais da Câmara Municipal de Fortaleza, do Editorial: Barreira antiditadura: Ceará sai na frente, publicado no jornal O Povo em sua edição do dia 03/03/2020”.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador Evaldo Lima, (PCdoB), no uso de suas atribuições legais e nos termos regimentais, vem à presença de Vossa Excelência, requerer que seja efetuada a transcrição para os Anais da Câmara Municipal de Fortaleza, do Editorial: Barreira antiditadura: Ceará sai na frente, publicado no jornal O Povo em sua edição do dia 03/03/2020.

Nestes termos,

Pede deferimento.

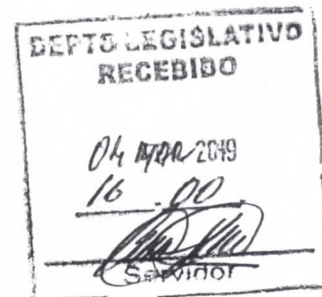
Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza

Em 04 de MARÇO de 2020

Vereador Evaldo Lima - PCdoB

Presidente da Comissão

de Educação, Ciência, Tecnologia, Informática e Inovação



Edição 03 de março de 2020

ARTIGOS • OPINIÃO

Editorial: Barreira antiditadura: Ceará sai na frente

O Ceará mostrou ao Brasil como é possível desmontar e derrotar um motim policial-militar manipulado por forças ideológicas extremistas, antidemocráticas, sem abrir mão da autoridade governamental legítima, e empregando os instrumentos da democracia para obrigá-las a assumirem as consequências pelos distúrbios causados à ordem pública e à paz social. Tudo isso conseguido com firmeza, compromisso democrático e clareza de posições de lideranças historicamente testadas e legitimadas nas urnas. E da determinação de um povo que não desistiu da democracia como instrumento indispensável para alcançar suas aspirações.

Foi importante deixar bem clara a determinação constitucional (Art.142 da Constituição Federal) de proibição de greve para categorias profissionais armadas. Não há como transigir nisso sem comprometer a ordem democrática. No entanto, segmentos políticos e extremistas ideológicos tentam driblar esse dispositivo constitucional e submeter a sociedade brasileira a um tacão autoritário. Os fatos ocorridos no Ceará revelaram a forma ambígua como se portam figuras referenciais da República a esse respeito. Nem o presidente da

O próprio presidente Jair Bolsonaro e seus filhos relativizaram as ações dos insurgentes, inclusive - o que é mais grave -, a tentativa de morte de um senador da República por amotinados encapuzados. Da mesma forma, soou como contemporização com estes, a falta de ênfase recriminatória de Sergio Moro, durante a visita que fez a Fortaleza, a ponto de minimizar os distúrbios sofridos pela população local, no momento em que o sangue de 172 vítimas já denotava o opróbrio sofrido por esta.

Baixado o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), sua execução assumiu um caráter puramente burocrático. E deixou a população perplexa com a falta de resolutividade das tropas. Tal postura, além de ter sido encarada com alívio (e até com aplausos) pelos amotinados, serviu de anteparo para Bolsonaro pressionar o Congresso em favor da proposta inconstitucional e indefensável da “licença para matar” (excludente de ilicitude). Na verdade, o presidente relutou, o quanto pôde, a prorrogar a GLO, quando sua vigência expirou. E aí foi surpreendido pela ágil articulação de governadores para enviar tropas substitutas, de seus estados.

O Ceará tem certeza que fez sua parte para salvar a ordem democrática brasileira: não só colocou na sua Constituição estadual a proibição de anistia a amotinados armados (a ser votada hoje), mas ergueu uma barreira intransponível para projetos ditatoriais. Um exemplo que o Brasil democrático certamente recebe como prova de coragem e de compromisso com a civilização.

Essa notícia foi relevante pra você? Sim Não

Tags

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ MOTIM GREVE GLO JAIR BOLSONARO